

Espanha também concorda em ter a dívida transformada em bônus

BRASILIA — A idéia de transformar parte da dívida externa em bônus recebeu ontem novos adeptos. O Presidente do Banco de Bilbao (coordenador da dívida brasileira na Espanha), Enrique Más, comunicou ontem ao Presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, que os banqueiros de seu país, assim como os suíços, aceitam esta alternativa para receber os US\$ 3 bilhões que emprestaram ao Brasil.

Enrique Más — terceiro banqueiro internacional a almoçar esta semana com o Ministro da Fazenda, Ernane Galvães — informou que os bancos espanhóis também defendem a abertura do mercado brasileiro aos investimentos estrangeiros. Na sua opinião, esta medida diminui a dívida, além de atrair o capital externo ao País. Ele acrescentou que as instituições financeiras espanholas pretendem continuar investindo no Brasil, porque "têm uma postura de compreensão" com as nações em desenvolvimento.

O Presidente do Banco de Bilbao considerou positivo o superávit comercial brasileiro, mas identificou um grande mal na economia nacional: a inflação.

— Se ela não é controlada, se transforma num câncer e muda a mentalidade dos empresários, que

deixam de se preocupar com a produção para pensar apenas na especulação financeira.

Em relação à dívida externa, Enrique Más é favorável à negociação de acordos plurianuais de refinanciamento, mas admite que "algumas incógnitas" dificultam a atuação dos bancos, como, por exemplo, a elevação dos juros e do dólar e o desfecho das eleições presidenciais nos Estados Unidos. Para ele, a política monetária americana afeta até mesmo países não endividados como a França, Inglaterra, Alemanha Ocidental e Áustria.

O banqueiro afirmou que as negociações internacionais sobre o endividamento exigem sacrifícios tanto dos devedores — "obrigados a reduzir o nível de crescimento da economia, devido ao processo de ajustamento ditado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional)" — quanto dos credores — "que passam a trabalhar com empréstimos de longo prazo e não de seis ou sete anos". Advertiu, entretanto, que é preciso cumprir estes acordos:

— Os banqueiros internacionais não estão dispostos a comprometer mais dinheiro em países que não tenham um programa econômico aprovado pelo FMI.